

A ÉTICA PROTESTANTE E A LITERATURA INGLESA: O CASO DE JOHN MILTON*



Luiz Fernando Ferreira Sá**

Resumo: *o meu objetivo neste ensaio é isolar o caráter especificamente protestante da ética/estética de Milton em sua mudança da tradição para a inovação. Com Milton, a tarefa é duplamente difícil. O ressurgimento do Humanismo cristão no pensamento crítico contemporâneo parece coincidir com a defesa acadêmica de Milton contra seus detratores. Houve, conseqüentemente, uma tendência a recusar qualquer distinção entre fé em Milton e fé em Cristo.*

Palavras-chave: *Humanismo cristão. Protestantismo. John Milton. O Paraíso Perdido.*

Na economia capitalista emergente do início da Inglaterra moderna, vários espaços disciplinares implementaram, de acordo com Max Weber, a ética protestante, a qual santificou o trabalho econômico e o lucro como um indicativo, embora não um meio, da salvação. De acordo com Weber, os reformadores protestantes, em particular João Calvino, transferiram o ideal monástico católico da disciplina e do ascetismo para a vida secular, a vida de “devoção” ao trabalho cotidiano. Caracterizada pelo trabalho intensificado e contínuo, racionalizada pelo seu objetivo, que é a glória de Deus, essa ética ou modo de vida fornece a base religiosa do capitalismo. Weber, de modo geral, argumenta que, enquanto o modo ascético limitava o consumo, a mão de obra metódica e ativa incentivava a produção, levando ao acúmulo de capital.

O lucro material, crucial para o desenvolvimento de uma economia capitalista, é visto como uma marca de favor divino e sucesso na devoção do dia a dia. John

* Recebido em: 22.10.2020. Aprovado em: 17.03.2021.

** Doutor em Estudos Literários (UFMG; Columbia University - sanduíche) com pós-doutorado na PUC Minas e na Universidade de Birmingham. Mestrado em Estudos Literários: Literaturas de Expressão Inglesa (UFMG). Professor titular da UFMG. *E-mail:* saluiz18@gmail.com

Milton (poeta, polemista e intelectual inglês do século XVII) completa o que pode ser chamado de privatização da ética do trabalho; n' *O Paraíso Perdido*, o sujeito autodisciplinado torna-se o produto final e, enquanto o trabalho é um sinal de eleição divina, a produtividade desmedida está ligada à queda. Milton se apropria das técnicas disciplinares para constituir um sujeito que pode resistir aos aparelhos externos da Igreja e do Estado inglês à época. Ainda assim, o objeto ético/estético é significativamente condicionado pelo seu contexto econômico mais amplo.

Milton vem não apenas no final da grande tradição cristã, em um sentido mais amplo, ele põe fim a essa tradição. O seu papel no processo de mudança cultural deve ser reconhecido como ativo: ele carrega a poesia cristã e, em particular, o uso poético do símbolo cristão, a um limite além do qual ele não pode ir e permanecer cristão. Em seu alcance final, a literatura de Milton é distintamente protestante, mas a fronteira protestante é puramente secular.

Por essa razão, o abandono pelos poetas dos séculos XVIII e XIX da maravilhosa estrutura teológica de Milton não é, de modo algum, um abandono da direção que Milton definira para a poesia inglesa. A bem da verdade, a natureza heterodoxa da teologia de Milton já é sinal suficiente da rápida desintegração da teologia inglesa naquele período conturbado. Esse processo de desintegração apenas continua após Milton e não vai parar com o mortalismo e o arianismo (ou aniquilacionismo – os justos que morreram em Cristo reviverão no dia da Ressurreição para assim possuírem a Vida Eterna – e segundo Ário, só existe um Deus e Jesus é seu filho e não o próprio Deus).

O meu objetivo no presente ensaio¹ é isolar o caráter especificamente protestante da ética/estética de Milton em sua mudança da tradição para a inovação. Com Milton, a tarefa é duplamente difícil. O ressurgimento do Humanismo cristão no pensamento crítico contemporâneo parece coincidir com a defesa acadêmica de Milton contra seus detratores. Houve, conseqüentemente, uma tendência a recusar qualquer distinção entre fé em Milton e fé em Cristo.

As ideias heréticas de *O Paraíso Perdido* são minimizadas até que, na visão de C. S. Lewis, Milton emerge como mais tradicional e ortodoxo do que o Arcebispo William Laud. Resumidamente, Milton, o poeta, é puritano e católico, enquanto Milton, o teólogo protestante, é relativamente irrelevante para a poesia. O símbolo típico de Milton e a típica retórica miltoniana não são católicos, a menos que estejamos dispostos a excluir de seu símbolo e retórica todas as referências ideacionais.

Não está dentro do escopo deste ensaio definir a posição teológica de Milton, mas sabemos que o seu puritanismo foi impuro. Sempre protestante, ele às vezes é católico em suas diferenças com Calvino e Martinho Lutero. Caracteristicamente humanista, ele às vezes é maniqueísta em ajustes abruptos de reversão

em direção a uma sensibilidade pré-agostiniana. É essa a qualidade eclética no pensamento de Milton, essa vontade de síntese unicamente pessoal por meio de um processo radical de rejeição de partes, esse hábito de escolher um padrão de valores de mudança, que marcam o seu temperamento especificamente protestante, um temperamento que se mantém firme, independentemente do viés a ser convocado ou rejeitado da doutrina protestante.

Milton é mais e não menos protestante quando suas ideias sobre a Criação, sobre a morte do corpo e a pessoa de Cristo parecem heréticas tanto para os calvinistas quanto para os católicos. Na suposta justiça com que se levou adiante a ortodoxia da Reforma, um estado de coisas com a qual o pensamento de Milton é, muitas vezes, injustamente ligado, vale lembrar que, além dos limites tensos que finalmente são colocados ao protestantismo de Milton, aparece o racionalismo empírico de John Locke e o seu oposto: o cristianismo imaginativo de William Blake. Mas vale ressaltar também que esse era o caminho que a ética/estética protestante, por sua própria natureza, iria tomar.

A direção em que Milton carrega o simbolismo cristão já é evidente na poesia inicial, antes de que a qualidade heterodoxa do pensamento do poeta fosse claramente moldada e, enquanto a fidelidade eclesiástica do teólogo ainda era exteriormente anglicana. A simbolização de Cristo é, como seria de se esperar, o teste. Não há dúvida de que Milton foi incapaz de imaginar poeticamente a humanidade de Deus. Sua simbolização de Cristo nunca é encarnacional. Isso não quer dizer que Milton negou a doutrina da Encarnação. Milton apenas adere de forma fria e intelectual ao dogma do Deus-Homem.

Apesar da aceitação superficial da doutrina da Encarnação (modificada pela heterodoxia ariana), a poesia de Milton não expressa o sentido encarnacional e operacional de Cristo que infundiu a teologia cristã de São Paulo a São Tomás de Aquino e, por meio de Richard Hooker (teólogo e clérigo da Igreja Anglicana), o pensamento anglicano-católico de Jeremy Taylor, William Laud, Lancelot Andrewes (bispo e acadêmico que supervisionou a tradução da Bíblia – King James) e George Herbert (poeta e padre anglicano). A condenação definitiva do sistema sacramental no seu tratado póstumo *De Doctrina Christiana* e n' *O Paraíso Perdido*, Livro XII, mais especificamente, e o amargo repúdio de toda a Igreja da Era Apostólica à Segunda Vinda de Cristo demonstram quão completa é a separação do símbolo miltoniano referente a Cristo das tradicionais associações e técnicas conhecidas de comunhão e participação.

Ao negar a união sacramental de Cristo e da Igreja, ao isolar Cristo da comunhão sensível e carnal da Eucaristia, o protestantismo de Milton faz uma abstração da Encarnação. Em vez de uma experiência religiosa controladora que amplia os poços do pensamento cristão e que transborda em uma redenção da natureza e em uma santificação da sociedade, não se encontra em Milton nada além de

definições imprecisas. O Cristo da *Ode à Natividade (Nativity Ode)* já é uma nova concepção poética. Não só deve-se observar que o Cristo da ode se torna um símbolo de valores abstratos em vez de um ser humano, é preciso lembrar também que um Cristo-símbolo aquém da condição humana é uma inovação.

Devemos estar conscientes aqui de uma reversão significativa de valor. Cristo não é mais, como na arte católica típica, o símbolo todo-inclusivo e constante para o qual os símbolos fracionários e derivados da Verdade, da Justiça, da Ordem são direcionados – como se tratássemos de uma fonte. Cristo, em vez disso, torna-se um símbolo variável e dependente de um significado distante sobre ideais superiores e altamente abstratas.

O poema posterior sobre a *Paixão (The Passion)* falha, obviamente, porque Milton, como na *Ode à Natividade*, delinea um Cristo que serve tão somente a uma ideia: o herói perfeito da paixão torna-se estático e nominal porque Milton não encontrou para Ele uma tarefa adequada para executar. Por outro lado, a consistência artística de *Lycidas* (um poema da fase madura do poeta) é uma realização completamente protestante, pois na elegia, Cristo não salva, mas o cristão bem-aventurado (o seu amigo de Cambridge, Edward King) é simplesmente recebido no Céu por São Pedro. Novos meios servem para um novo fim.

Uma ideia formativa nascida do temperamento protestante remodela, de forma ousada e original, os símbolos tradicionais cristãos e abre caminho a uma tradição nova e diferente. Mas, no que diz respeito à própria tradição cristã, os perigos são grandes, pois o movimento do símbolo especificamente cristão do centro para a periferia da obra de arte implica uma mudança de valor decisiva e antecipa o surgimento de uma cultura predominantemente secular. A exteriorização do simbolismo cristão abre um vácuo no centro da teologia/literatura miltoniana que deve ser preenchido. E até mesmo a enorme barricada teológica de *O Paraíso Perdido* não irá impedir o invasor por muito tempo.

Mas *O Paraíso Perdido*, no que tange a uma teologia engenhosamente heterodoxa, reforçando o colapso do ideal zeloso e fervoroso que tinha animado e unificado *Lycidas*, merece ser tratado separada e detalhadamente. É no maior poema épico cristão inglês, *O Paraíso Perdido*, que Milton libera a sua energia puritana e eterniza o conflito de sua época.

Os valores do poema épico de Milton, que suportam uma visão protestante, continuam à disposição do crítico e leitor bem informado na geografia de seu paraíso. Como domesticar a natureza paradisíaca e os animais da Criação, de acordo com o mandado em Gênesis e as instruções de Rafael em *O Paraíso Perdido*, sem com isso incorrer em domínio e tirania em relação a seres humanos? Antes da queda, o Arcanjo Rafael, investido por Deus, instrui Adão e Eva a cuidar do jardim numa linguagem que um monarca europeu poderia usar para iniciar os seus sujeitos colonizadores no Novo Mundo: “Seja fecundo, multiplique e

preencha a Terra, / Subjugue-a, e mantenha todo o domínio / Sobre os peixes do mar e as aves do ar, / E todo ser vivo que se move na Terra”².

Nos livros históricos (11 e 12) do pós-queda, Adão, sob a tutela do Arcanjo Miguel, responde à visão do diorama sobrenatural que no momento enfoca a tirania do bravo caçador Nimrod, exclamando: “Ó filho execrável, para aspirar / Acima de seus irmãos, para si mesmo assumindo / Autoridade usurpada, de Deus não dada; / Ele nos deu apenas sobre animais, peixes, aves / Domínio absoluto; esse direito que temos / Por sua doação; mas o homem sobre os homens / Ele não fez senhor; tal título para si mesmo / Reserva, deixando humano livre de humano”³ (12. 64-71). Reservando para si o título de Senhor e não necessariamente merecendo o título de Senhor, pois Criador de tudo, Deus é o único a exercer domínio absoluto e de direito sobre os seres humanos, sua “última” criação. Meu argumento no presente debate sobre a ética/estética protestante é que *O Paraíso Perdido*, numa inovação ou refinamento do mandado de domesticação e dominação das “coisas” criadas no Gênesis, é um texto que pode ser lido numa conversação teológico-religiosa ao se colocar como um terceiro espaço entre império e natureza e se bater contra tirania e desgoverno, nas linhas protestantes da Inglaterra do século XVII.

O poema épico de Milton elabora a domesticação e domínio do Gênesis para significar uma justiça ética em relação a todas as criaturas, as “coisas” da criação, como tendo sido criadas à imagem de Deus. Poderíamos pensar que essa justiça no poema épico se dá pelo conceito de que subjetivação/subjugação/sujeição são um bem para os sujeitados? Em termos de criaturas ou “coisas” da criação, sim. A fauna edênica é livre de violência, rapina e competição por território e por comida porque Adão e Eva, antes da queda, mantêm a paz e a liberdade ao exercerem a presença de Deus: “Donde a verdadeira autoridade nos homens” (4. 295); mas esse domínio é “Magnânimo para corresponder ao céu” (7. 511)⁴, ou seja, mais em termos de generosidade e menos de “igualdade”.

Até mesmo em relação à inteligência dos animais é o Deus de Milton que pergunta retoricamente, “[...] não sabes tu / a língua e os métodos deles?” E completa: “Eles também sabem, / E não raciocinam desprezivelmente; com estes / Encontre passatempo e os domine” (8. 372-75)⁵. Se Adão e Eva estão livres para usufruir da companhia dos animais e também estão livres para manter o controle, Deus acrescenta – logo a seguir – que a sua imagem não foi transmitida ao ser bruto e por isso, como explica Rafael, “Entre as bestas nenhuma companheira para ti foi encontrada” (8. 594)⁶. Tanto Adão e Eva quanto o narrador épico e as personagens angelicais se deliciam com a variedade e o convívio das criaturas do Paraíso. A linguagem usada, o mais das vezes, é a da amabilidade e da empatia protestante e, não necessariamente, da seriedade das narrativas de origem e criação.

Essa linguagem de camaradagem pode ser exemplificada com a várias passagens no poema épico, especialmente, quando Adão e Eva invocam onomatopaicamente as criaturas do Paraíso a se juntarem a eles na oração matinal (5. 153-208). Rafael repete a narrativa da criação no livro 7 (386-504) descrevendo como as criaturas são um resultado de seu habitat e estão em equilíbrio com sua esfera de experiência. *O Paraíso Perdido* relata não só uma ética ou estética animal e ecológica de viés protestante, mas também uma teologia de imanência nos seres criados, num viés puritano.

Essa atmosfera religiosa e política oferece a Milton a força e a oportunidade de mostrar sua grande habilidade intelectual e literária, exibindo sua coragem moral e uma explosão sem precedentes da causa da fé cristã em relação às suas iniciativas de reforma, bem como a sua defesa da liberdade pessoal. Milton, porém, é confrontado com um dilema ao manter as duas posições aparentemente contraditórias, ou seja, o cristianismo e a reforma da Igreja inglesa de um lado e a agenda humanista do outro, oscilando filosoficamente entre a fé na Bíblia e um poderoso apelo à razão.

A chamada Revolução Puritana (1640-1660) na Inglaterra proporcionou uma oportunidade a Milton de escrever seu famoso tratado *De Doctrina Christiana*. No entanto, é interessante notar que a turbulência nessa conjuntura da história inglesa mostra-se favorável a uma explosão intelectual, e Milton escreve livremente sobre questões tão diversas quanto a religião, a política, a história, a democracia, a liberdade e, claro, a literatura.

O zelo religioso do poeta dominou sua luta como um homem que por si representa sua época. *O Paraíso Perdido* e *Sansão Agonista* (*Samson Agonistes*) são, sem dúvida, os mais nobres e maiores de seus poemas, que intermeiam, respectivamente, o dilema de Milton de justificar os “caminhos de Deus para com o homem”, bem como os (des)-caminhos do espírito humano indomável.

Conforme observado acima, o puritanismo foi basicamente uma agenda de reforma pelos cristãos fervorosos para trazer certas mudanças na Igreja inglesa no espírito do Renascimento. Esse movimento religioso se transformou em uma revolução multifacetada com repercussões políticas e sociais, resultando na condenação à morte do Rei Carlos I e no surgimento da democracia parlamentar, seguida de um protetorado ditatorial – ambos liderados por Oliver Cromwell (1599-1658).

O puritanismo foi uma potente agenda de reforma moral quando comparado ao despertar intelectual e liberal do Renascimento que aconteceu no século XV e teve dois objetos principais: o primeiro foi a justiça pessoal; o segundo foi a liberdade civil e religiosa, pois os dois visavam tornar os homens honestos e livres. É a partir dessa linha distinta do impulso dominante do Renascimento que faz com que o puritanismo se transforme num movimento religiopolítico que não

só exige reformas na Igreja Anglicana, mas que sustenta o ideal de liberdade, questionando o despotismo em todas as suas manifestações.

Os problemas surgiram, no entanto, quando Cromwell aprovou certas leis muito severas para aqueles que desejavam uma ordem mais equilibrada, humana e justa, social, política e religiosa. É nesta junção na história inglesa, com referência ao papel de Milton, que encontramos sua postura problemática sobre o cristianismo como sendo uma ordem moral e como um apelo à razão no que tange à questão da liberdade humana.

Em seu sentido mais amplo, o movimento puritano pode ser considerado um segundo e maior Renascimento, um renascimento da natureza moral do Homem após o despertar intelectual da Europa nos séculos XV e XVI. Na Itália, cuja influência havia sido a mais importante na literatura elisabetana, o Renascimento tinha sido essencialmente pagão e sensual. Pouco tocou a natureza moral do homem e trouxe pouco alívio ao despotismo dos governantes. Nessa perspectiva, o puritanismo surge como uma das agendas de reforma mais importantes da história inglesa – algo que não só buscou a purificação da Igreja, mas também teve grandes implicações sobre a justificação do poder divino dos reis. Por essa razão, o puritanismo parece problemático e controverso. No entanto, uma visão mais profunda revela que o movimento puritano foi uma mistura da Reforma com o Renascimento.

Tal movimento deve se livrar de todos os equívocos que se agarraram a ele desde a Restauração, quando o próprio nome ‘puritano’ foi ridicularizado pelos cortesãos zombadores sob Carlos II. Embora o espírito do movimento fosse profundamente religioso, os puritanos não eram uma seita religiosa; tampouco foi o puritano um dogmatista estreito e sombrio, como ele ainda é retratado nos livros de História. O puritanismo foi um intervencionismo religioso e constitucional abrangente, questionando a ditadura da Igreja e a tirania do rei, isto é, Carlos I. Essa monarquia foi restaurada em 1660 com Carlos II voltando da França, mas isso, de modo algum, tira o crédito dos puritanos em geral e Milton, em particular, por desafiar o *status quo*. A história testemunha que, mais tarde, o puritanismo influenciou enormemente a vida dos ingleses que colonizaram o Novo Mundo, com implicações mais grandiosas do que Milton e seu partido poderiam ter imaginado.

A partir de uma perspectiva religiosa, o puritanismo incluiu todas as nuances da crença, incluiu clérigos ingleses, bem como separatistas extremistas, calvinistas, nobres católicos – todos unidos em resistência ao despotismo na Igreja e no Estado e agarrados à paixão pela liberdade e pela justiça, como nunca antes visto na Europa. Religiosamente, a época era mais fermentada do que aquela que marcava o início da Reforma. Curiosamente, nessa era de Milton, a poesia de alguma substância foi escrita apenas pelos chamados poetas metafísicos,

tornando-se um momento de transição. Muitos ideais antigos estavam perdendo terreno e novos padrões e formas não haviam surgido claramente até o momento.

Na literatura, também, a época puritana era de confusão, devido à ruptura com ideais antigos. Os padrões medievais de cavalaria, os amores impossíveis e os romances para os quais Edmund Spenser forneceu os tipos, pereceram não menos certamente do que o ideal de uma igreja nacional; e na ausência de qualquer padrão fixo de crítica literária, nada impediu o exagero figurativo dos poetas metafísicos.

Milton foi um poeta/intelectual sedutor: um homem com fortes contradições; acreditava na bondade inerente ao Homem e defendia a liberdade individual contra a tirania da Igreja, do Rei e do Parlamento. A esse respeito, sua visão do puritano não parece simples ou linear, mas bastante complexa e intrigante. Poeta, intelectual e polemista, para Milton a causa humana não é menos importante e ainda assim ou por isso mesmo, ele emerge como uma voz apocalíptica anunciando o fim de uma época ou de uma episteme ao dar vazão a sua visão sobre a condição humana.

O dilema de Milton está em sua perspectiva sobre o protestantismo/puritanismo como uma ordem moral, sempre em busca da purificação de seu dogma, tentando se libertar do fanatismo e da supremacia dos clérigos. Mas, ao mesmo tempo, Milton não está pronto para aceitar as leis ditatoriais da *Commonwealth* de Cromwell, que restringem, sobremaneira, a liberdade de expressão.

Com relação a isso, ele parece ir contra a perspectiva puritana dominante. É nesse ambiente que Milton publicou numerosos panfletos e tratados sobre assuntos diversos, como religião, política, história e, claro, literatura. O estado ideal que Milton imaginava estava acima de considerações pessoais e sua tomada de partido era sincera no sentido de fazer justiça para o povo da Inglaterra com um sistema de governo puritano e com um parlamento autônomo.

A formidável preocupação de Milton com a religião segue no sentido de regenerar os ideais humanistas da Igreja. Seu primeiro panfleto publicado em 1641, intitulado *Da Reforma Tocando a Disciplina da Igreja na Inglaterra e as Causas que até agora a impediram (Of Reformation Touching Church Discipline in England and the Causes That Hitherto Have Hindered It)*, defende a purificação dessa instituição para que então a igreja inglesa possa personificar o caráter muito protestante do povo da Inglaterra.

Sobre o culto católico, Milton carrega a mão de ironia. De acordo com ele, os bispos tornaram o culto vazio, colocaram fogo nele, polvilharam-no, vestiram-se dele, não com roupas de pura inocência, mas de puro linho, com outros vestidos deformados e fantásticos, verdadeiras mortalhas e mitras de ouro. Milton parece dividido entre as duas convicções intrinsecamente opostas de um ver-

dadeiro puritano e a de um ser racional na linha do homem renascentista. Ele parece estar perdido na batalha com relação à necessidade de reconciliar esses fluxos paralelos de consciência. Seu apelo é ao retorno honesto à escritura desprovida de dogma e irracionalidade.

De acordo com várias tendências críticas na leitura da Teologia ou religião e/em Milton e sobre o seu protestantismo, os puritanos, dos quais Milton era o líder declarado, não eram vagabundos nem tolos. Eles eram patriotas que lutavam pela liberdade civil, principalmente porque a liberdade civil envolvia o que é vital para a religião. Os puritanos radicais eram mais charmosos e elegantes, mas a sua causa era o fanatismo e a tirania. Milton parece manobrar entre as duas potentes forças e, ao ponderar as falhas nessas duas cadeias antagônicas, ele tenta se afastar do campo de batalha ao buscar o meio termo para conciliar a deformação e degenerescência das partes concorrentes.

Em uma série de obras em prosa, Milton toca em questões tão vitais quanto a importância da Escritura e justapõe a isso a abordagem dogmática dos homens da Igreja, bem como ainda mais radical, Milton expõe pontos de vista sobre assuntos sociais detalhados em seu tratado sobre o divórcio (*The Doctrine of Divorce*). Direcionando-se à purificação das práticas da Igreja e negando a autoridade dogmática dessa instituição em questões relativas à fé, à verdade e à consciência humana, Milton continua a questionar as ideologias vigentes, uma a uma, ao defender a supremacia dos evangelhos.

Mas quando se trata do desejo igualmente profundo da liberdade do Homem, reduzido por promessas unilaterais e regulamentos irracionais, Milton reage com seriedade e severidade e, claro, por meio de uma argumentação convincente ao expressar sua preocupação como um verdadeiro homem republicano, constitucional e puritano. Do poeta protestante, temos que o poder dos reis e magistrados não é senão o que só é derivado, transferido e comprometido com eles na confiança das pessoas para o bem comum de todos eles, em quem o poder ainda permanece fundamentalmente, e não pode ser tirado deles, sem uma violação de seu direito de nascimento natural (MILTON, 2019).

De acordo com o novo compromisso de Milton com o zelo religioso e reformista, suas opiniões sobre o divórcio e o casamento, em uma época que não estava realmente pronta para um debate tão sensível sobre a vida pessoal e sobre as relações pessoais dos protestantes ingleses, sua perspectiva é ainda mais radical, mas surpreendentemente realista. Diz ele: o casamento, se o modelarmos desde o início, como o nosso Salvador exige, não é propriamente o remédio contra a luxúria, mas o cumprimento do amor conjugal e do companheirismo (MILTON, 2019).

De volta a *O Paraíso Perdido*, o poema épico não representa uma liberdade espiritual universal e autônoma, mas as marcas das condições econômicas do século XVII. Enquanto Milton resiste às autoridades externas em favor da disciplina

interna, seu modelo de paraíso está sujeito a forças econômicas mais amplas. Com o intuito de fornecer orientação espiritual, Milton delinea assuntos sujeitos ao controle e à implantação do lado de fora. O sujeito trabalhador torna-se uma mercadoria, um signo da salvação, numa economia capitalista emergente. Esse sujeito não pode ser separado das formas e dos meios materiais de seu trabalho. O trabalho autodisciplinado, contínuo e metódico, como Weber argumentou, leva a um modo de vida econômico burguês racionalizado. E *O Paraíso Perdido* desempenha um papel importante no progresso do capitalismo, reescrevendo, desafiando, e finalmente recuperando a ética/estética protestante. Em resumo, podemos reescrever Milton do tratado sobre o divórcio e Milton do poema épico da seguinte forma: o capitalismo, como no caso do casamento ao qual me referi anteriormente, se o modelarmos desde o início, como o nosso Salvador exige, não é propriamente o remédio contra a desigualdade (de gêneros, de etnias, de nacionalidades, de culturas) ou contra a injustiça (de forma geral com relação às relações humanas mais íntimas), mas o cumprimento de uma certa disciplina interna e do labor externo.

PROTESTANT ETHICS AND ENGLISH LITERATURE: THE CASE OF JOHN MILTON

Abstract: *my aim in this essay is to isolate Milton's specifically Protestant ethics and aesthetics in his shift from tradition to innovation. With Milton, the task is doubly difficult. The resurgence of Christian Humanism in contemporary critical thinking seems to coincide with Milton's academic defense against his detractors. There was, therefore, a tendency to refuse any distinction between faith in Milton and faith in Christ.*

Keywords: *Christian Humanism. Protestantism. John Milton. Paradise Lost.*

Notas

- 1 Indiretamente reporto-me a e utilizo-me, em várias passagens, de hipóteses derivadas de: Daiches (1983), Hill (1972), Ross (1948), Keeble (2001), Knoppers (1991), Khan (2016) e Walker (2014).
- 2 As referências a *O Paraíso Perdido* virão seguidas de número do livro e número das linhas (7. 531-34). Original: "Be fruitful, multiply, and fill the Earth, / Subdue it, and throughout dominion hold / Over fish of the sea, and fowl of the air, / And every living thing that moves on the Earth". Tradução minha em todas as referências citadas.
- 3 Original: "O execrable son, so to aspire / Above his brethen, to himself assuming / Authority usurped, from God not given; / He gave us only over beast, fish, fowl / Dominion absolute; that right we hold / By his donation; but man over men / He made not lord; such title to himself / Reserving, human left from human free".

- 4 Original: “Whence true authority in men” ou “Magnanimous to correspond with Heaven”.
- 5 Originais: “know’st thou not / Their language and their ways?” e “[t]hey also know, / And reason not contemptibly; with these / Find pastime and bear rule”.
- 6 Original: “Among the beasts no mate for thee was found”.

Referências

- DAICHES, D. Milton’s *Paradise Lost* (Studies in English literature). London: Hodder Arnold, 1983.
- HILL, C. *The World Turned Upside Down: Radical Ideas During the English Revolution*. New York: Penguin, 1972.
- KEEBLE, N. H. Milton and Puritanism. In: CORNS, T. N. (ed.). *A Companion to Milton*. New York: Blackwell, 2001. p. 124-140.
- KNOPPERS, L. L. Rewriting the Protestant Ethic: Discipline and Love in Paradise Lost. *ELH*, v. 58, n. 3, p. 545-559, 1991.
- KHAN, A. H. The Conflict of Puritanism in Milton: An Analysis. *The Dialogue*, v. XI, n. 3, p. 346-357, 2016. Disponível em: https://www.qurtuba.edu.pk/thedialogue/The%20Dialogue/11_3/Dialogue_July_September2016_346-357.pdf. Acesso em: 12 abr. 2020.
- MILTON, J. *The Complete Works of John Milton*. 4 vols. Oxford: Oxford University Press, 2019.
- ROSS, M. M. Milton and the Protestant Aesthetic: The Early Poems. *University of Toronto Quarterly*, v. 17, n. 4, p. 346-360, 1948.
- WALKER, W. *Antiformalist, unrevolutionary, illiberal Milton: Political Prose, 1644-1660*. New York: Routledge, 2014.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.